6 Referências Bibliográficas

ALBAGLI, S. Novos Espaços de Regulação na Era da Informação e Conhecimento. In: LASTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. (Orgs.) - **Informação e Globalização na Era do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

AMARAL, Luís A.M. **PRAXIS: Um Referencial para o Planejamento de Sistemas de Informação**. Tese de Doutorado apresentada na Universidade do Minho, Portugal, 1994. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/retrieve/301/PRAXIS_Amaral.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2004.

ANGELONI, Maria T. Elementos Intervenientes na Tomada de Decisão. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 17-22, jan./abr. 2003.

ARAÚJO, Wagner F. G.; LAIA, Marconi M. **Governança Eletrônica e Gestão da Informação em Portais de Governo: uma Análise da Reestruturação do Portal Minas**. In: EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. ANPAD, 2004. CD-ROM.

BARRETO, Aldo A. A Questão da Informação. In: *Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, 8(4), out.dez./1994.

_____. **A Eficiência Técnica e Econômica e a Viabilidade de Produtos e Serviços de Informação**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <<http://www.alternex.com.br/~aldoibct/avaliaao.htm>>. Acesso em: 25 out. 2004.

_____. A oferta e a demanda da informação: condições técnicas, econômicas e políticas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 2, p. 168-168, mai./ago. 1999.

BRAGA, Ascensão. **A gestão da informação**. Universidade da Beira Interior, Portugal, 1996. Disponível em: <http://www.ipv.pt/millennium/19_arq1.htm>. Acesso em: 07 fev. 2005.

BRAGA, Teresa C. **Alinhamento Estratégico da TI ao Negócio no Contexto da Previdência Social Pública Brasileira: o Caso da Dataprev.** Monografia de Especialização em Gerência de Projetos de Software. Rio de Janeiro: Departamento de Informática – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL (Governo Federal). **Portaria MPS n. 992**, de 08 de setembro de 2004. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

_____. **Decreto n. 5256**, de 27 de outubro de 2004. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

_____. **Decreto n. 5257**, de 27 de outubro de 2004. Brasília: Diário Oficial da União, 2004.

BRUNO, Pedro P.C.; FERREIRA, Marta A.T. **Decisões em Contextos Críticos: o Processo de Decisão Informada Aplicado ao Setor Elétrico.** In: EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. ANPAD, 2004. CD-ROM.

CALLAOS, Nagib; CALLAOS, Belkis. Toward a Systemic Notion of Information: Practical Consequences. *Informing Science*, v.5, n.1, p.106-115. 2002.

CARR, Nicholas. IT Doesn't Matter. *Harvard Business Review*, v.81, n.5, p. 41-49. Mai. 2003.

CARVALHO, Luís C. S. **Apresentação sobre Sistemas de Informação.** Documento não publicado. Rio de Janeiro, 2003.

CHECKLAND, Peter; SHOLES, Jim. **Soft Systems Methodology in Action.** Chichester, England: John Wiley & Sons, 1990.

CHECKLAND, Peter; HOLWELL, Sue. **Information, Systems and Information Systems: Making Sense of the Field.** Chichester, England: John Wiley & Sons, 1998.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 6^a. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DAMASCENO, Christina S. **Relações entre Tecnologia da Informação e Poder nas Organizações: o Caso dos Sistemas ERP**. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas. Rio de Janeiro: Departamento de Administração – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001.

DAMÁSIO, António R. **O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano**. Tradução de Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DATAPREV. **Relatório de Gestão 2003**. Superintendência e Organização e Planejamento. Brasília, 2004. Disponível em <<http://www.dataprev.gov.br/relgestao/relges2003.pdf>>. Acesso em 27 fev. 2005.

_____. **Relatório de Ocupação das Bases de Dados**, nov. 2004. Documento interno não publicado.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da Informação: Por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação**. Tradução de Bernardette Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 1998.

DIGNAN, Larry; STRASSMANN, Paul. The 500 Companies that Manage Information Best. **Baseline Magazine**. Ed. 18/10/2004. Disponível em: <<http://www.strassmann.com/pubs/baseline/2004-10-a.php>>. Acesso em: 02 fev. 2005.

DRUCKER, Peter F. The Coming of the New Organization. **Harvard Business Review** 66. Jan.-Fev. 1988.

ENANPAD, 27., 2003, Atibaia. **Trabalhos apresentados em Administração da Informação**. Disponível em <http://www.anpad.org.br/frame_enanpad2003.html>. Acesso em 14 dez. 2004.

ENANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Resumo de trabalhos**. Porto Alegre: ANPAD, 2004.

FELDMAN, M.S.; MARCH, J.C. Information in Organizations as Signal and Symbol. **Administrative Science Quarterly**, New York, USA, v.26, n.2, p.171-186, Jun. 1986.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3a. edição. São Paulo: Atlas, 1996.

GONÇALVES JR., Geraldo. **Sistemas de Informações Automatizados: Uma Análise Crítica sobre a sua Eficácia.** Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas. Rio de Janeiro: Departamento de Administração – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1996.

GONÇALVES JR., Geraldo; LEITÃO, Sérgio P. **Percepção, informação e decisão organizacional.** Documento de trabalho n. 90. IAG / PUC-Rio, 1996.

GORRY, G. Anthony; MORTON, Michael S. S. A Framework for Management Information Systems. *Sloan Management Review*, v. 30, n. 3, p. 49-61, Spring 1989.

HANDZIC, Meliha. Does More Information Lead to Better Informing? *Informing Science*, p.251-256. Jun. 2001.

HENDERSON, John C.; VENKATRAMAN, N. Cinco Princípios para Tirar o Máximo da TI. In: DAVENPORT, T.; MARCHAND, D.; DICKSON, T. (Orgs.) – **Dominando a Gestão da Informação.** Tradução de Carlo Bellini e Carlos Soares. Porto Alegre: Bookman, 2004.

KEEN, Peter. Redesigning the Organization through Information Technology. *Planning Review*, v.19, n.3, 1991.

KIELGAST, Soeren; HUBBARD, Bruce A. **Valor Agregado à Informação – da Teoria à Prática.** In: Seminário Internacional sobre Valor Agregado à Informação, 1995, Rio de Janeiro, Senai / Ciet – Centro Internacional para a Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia.

KOCK JR., Nereu F.; McQUEEN, Robert J.; CORNER, James L. The Nature of Data, Information and Knowledge Exchanges in Business Processes: Implications for Process Improvement and Organisational Learning. *The Learning Organization*, Bradford, England, v.4, n.2, p.70-80, 1997.

MACHADO, Celso P. **O Alinhamento Estratégico da Tecnologia de Informação:** Um Estudo dos Fatores Promotores e dos Fatores Inibidores. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas. São Leopoldo: Departamento de Administração – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.

MALDONATO, Mauro. Decisões que a Razão Desconhece. *Scientific American*, n. 33, p. 76-82, fev. 2005.

MARCHAND, Donald A.; KETTINGER, William J.; ROLLINS, John D. Information Orientation: People, Technology and the Bottom Line. *Sloan Management Review*, v. 41, n. 4, p. 69-80, Summer 2000.

_____. **Information Orientation: The Link to Business Performance.** New York, USA: Oxford University Press Inc., 2001.

MARK, David; MONNOYER, Eric. Next-generation CIOs. *The McKinsey Quarterly*, July 2004. Disponível em: <http://www.mckinseyquarterly.com/article_page.aspx?ar=1451&L2=13&L3=13>. Acesso em: 30 jan. 2005.

MATTELART, A. **História da Sociedade da Informação.** Tradução de Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

McGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento Estratégico da Informação: Aumente a Competitividade e a Eficiência de sua Empresa Utilizando a Informação como uma Ferramenta Estratégica.** Tradução de Astrid Beatriz de Figueiredo. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

MILLER, David W.; STARR, Martin K. **Estrutura das decisões humanas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico.** Tradução de Nivaldo Montigelli Jr. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MORESI, Eduardo A. D. Delineando o Valor do Sistema de Informação de uma Organização. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000.

MPAS. **Plano Diretor de Tecnologia da Informação.** Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, 2001.

MPS. Página institucional do Ministério da Previdência Social, 2003. Disponível em <<http://www.mps.gov.br>>. Acesso em 20 jan. 2005.

_____. **Informe de Previdência no Serviço Público,** Brasília, ano 1, n.1, mai./jun. 2004. Disponível em <http://www.previdenciasocial.gov.br/docs/informe01-2004_SPS.pdf>. Acesso em 04 mar. 2005.

_____. *Boletim Estatístico da Previdência Social*, Brasília, v.10, n.1, jan. 2005. Disponível em <http://www.previdenciasocial.gov.br/12_02.asp>. Acesso em 04 mar. 2005.

OLIVEIRA, Francisco E. B. **Proposta de um Referencial Básico para a Discussão da Seguridade Social**. Texto para Discussão, n. 251. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 1992. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1992/td_0251.pdf>. Acesso em 25 nov. 2004.

PAIXÃO, Ricardo L. **Gestão do Conhecimento: Estudo de Casos no Setor Público**. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas. Rio de Janeiro: Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2004.

PEREIRA, Maria T.F.; BECKER, João L.; LUNARDI, Guilherme L. **Relação entre Processo de Trabalho e Processo Decisório Individuais: uma Análise a partir do Impacto da Tecnologia da Informação (TI)**. In: EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. ANPAD, 2004. CD-ROM.

PITASSI, Cláudio; LEITÃO, Sérgio P. **Limites Epistemológicos para a mudança organizacional comandada pela Tecnologia da Informação**. Documento de trabalho, n. 95. Rio de Janeiro: IAG/PUC-Rio, 2000.

PORTER, Michael. **Vantagem Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

RIBEIRO, Cláudio J. S. **Em Busca da Organização do Conhecimento: A Gestão da Informação nas Bases de Dados da Previdência Social Brasileira com o Uso da Abordagem da Análise de Domínio**. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT/CNPq, em convênio com a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ, 2001.

ROCHA, Marisa P. C. Desenvolvimento de Referencial Teórico para um Sistema de Informações Gerenciais (SIG) para Parlamentares e Assessores na Câmara Legislativa do Distrito Federal: em Busca de um Modelo Conceitual. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 80-88, set./dez. 2003.

SARACEVIC, T. Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 50, n. 12, p. 1051-1063, 1999.

SIMÃO, Valdecir A. **A Decisão na Uniãoeste – Campus de Foz do Iguaçu**: um Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado em Administração de Empresas. Rio de Janeiro: Departamento de Administração – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001.

SIMON, H. A. **Comportamento Administrativo**: Estudo dos Processos Decisórios nas Organizações Administrativas. Tradução de Aluizio Loureiro Pinto. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

SPC / MPS. **Informe Estatístico Novembro-2004**. Brasília: Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, 2004. Disponível em
<http://www.previdenciasocial.gov.br/spc/docs/Informe_Estatistico_11_2004.pdf>. Acesso em 04 mar. 2005.

SOUSA, Jorceli P.; PINHEIRO, Vinicius C.; SILVA, Delúbio P.; GUIMARÃES, Mônica C. **80 Anos de Previdência Social**: A História da Previdência Social no Brasil. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, 2002.

STRASSMANN, Paul. **Information Productivity**: Assessing Information Management Costs of U.S. Corporations. New Canaan, USA: Information Economics Press, 1999.

_____. Does IT Matter? An HBR Debate. *Harvard Business Review*, v.81, n.6, p. 7-9. Jun. 2003.

TENÓRIO, Robinson M. **Cérebros e Computadores**: A Complementaridade Analógico-Digital na Informática e na Educação. 4ª. edição. São Paulo: Escrituras, 2003. (Coleção Ensaio Transversais, vol. 2)

TURBAN, Efraim; RAINER JR., R. K.; POTTER, Richard E. **Administração de Tecnologia da Informação**: Teoria e Prática. Tradução de Teresa Cristina Félix de Souza. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

VALLE, Rogério (Org.). **O Conhecimento em Ação**: Novas Competências para o Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3ª. edição. São Paulo: Atlas, 2000.

WIIG, Karl M. **Application of Knowledge Management in Public Administration**. Arlington, USA: Knowledge Research Institute, 2000. Disponível em <http://www.krii.com/downloads/km_in_public_admin_rev.pdf>. Acesso em 20 set. 2004.

WURMAN, Richard S. **Information Anxiety 2**. Indianapolis, USA: Que, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Tradução de Daniel Grassi. 2^a. edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

7 Anexos

7.1. Anexo I – Histórico da Organização Estudada

A Previdência Social brasileira possui uma longa história, iniciada muito antes de se tornar uma organização nacional. Em ordem cronológica, serão apresentados os fatos mais relevantes, pois conhecer esta história ajuda a compreender parte dos atuais problemas vividos pela organização.

Os primeiros registros históricos remontam a 1793, quando foi instituído um plano de proteção aos oficiais da Marinha, que concedia pensão à viúva e filhos dependentes. Anos mais tarde, em 1821, o Príncipe Regente Pedro de Alcântara assinou o primeiro texto legal sobre Previdência Social no Brasil, concedendo aposentadoria aos professores com 30 anos de serviço, e instituindo o abono adicional por permanência em serviço, benefício concedido pela Previdência moderna até 1991. Ao longo do século XIX, foram instituídos diversos planos de beneficência, montepios e caixas de assistência, voltadas sobretudo para militares, funcionários públicos e ferroviários. Vale registrar a primeira regulamentação da previdência privada, ocorrida em 1850. No início do século XX, os movimentos sociais que reivindicavam melhores condições de trabalho provocaram uma evolução nas políticas e diretrizes voltadas para a proteção social. Em 1919, surgiu a lei do seguro contra acidentes do trabalho, cujo conceito permanece praticamente inalterado até hoje. (Sousa *et al.*, 2002)

No entanto, o verdadeiro marco inicial da Previdência Social no Brasil é o Decreto nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923, mais conhecido como Lei Elói Chaves, que instituiu as primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões para empregados das empresas ferroviárias, instalando pela primeira vez no país uma proteção social que oferecia pensão e aposentadoria, benefícios indispensáveis para caracterizar uma instituição previdenciária, além de assistência médica e

auxílio farmacêutico, tudo com a previsão do respectivo custeio apoiado em contribuições de trabalhadores e empregadores. No mesmo ano, criou-se o primeiro órgão governamental responsável pela Previdência Social: o Conselho Nacional do Trabalho, destinado a exercer a coordenação e superintendência das Caixas de Aposentadoria e Pensões. Em 1926, a Lei 5.109 estendeu o regime da Lei Elói Chaves a outras empresas, alterando a forma de custeio e exigindo a apresentação de relatórios e orçamentos anuais ao governo, que passou a ter poderes fiscais, aprovando e modificando as previsões orçamentárias. Nos anos 30, paralelamente à existência das Caixas de Aposentadoria e Pensões, surgiram os Institutos de Aposentadoria e Pensões, restritos aos trabalhadores urbanos. Diferentemente das primeiras, que eram constituídas por órgãos de direito privado formados nas empresas, os IAPs, como eram chamados os Institutos de Aposentadoria e Pensões, eram organizados por categoria profissional ou profissões correlatas (marítimos, bancários, industriários), possuíam normas próprias de funcionamento, e sua direção era ocupada por um funcionário estatal, respondendo diretamente ao então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os institutos de comerciários (IAPC) e servidores do Estado (IPASE) possuíam natureza paraestatal. Este novo sistema jurídico-formal instituiu a tutela da Previdência Social pelo aparelho de Estado. Nesta época surgem problemas envolvendo fiscalizações fraudulentas e dificuldades burocráticas para obtenção de aposentadorias (Sousa *et al.*, 2002).

Em 1946, surgiu a participação da União no custeio da previdência, juntamente com empregados e empregadores. Os controles, exigências, conceitos e normas vão ficando cada vez mais complexos, seguindo uma “ânsia regulatória” na Previdência Social. Em 1960, foi aprovada a LOPS – Lei Orgânica da Previdência Social, unificando suas leis e obrigando os órgãos executores (Caixas e IAPs) a cumprirem as mesmas normas. A estrutura organizacional era então dividida em órgãos centrais de orientação e controle (Conselho Superior de PS, Departamento Nacional de PS, Procuradoria da PS e Serviço Atuarial) e órgãos descentralizados de operação do sistema (5 Institutos e 29 Caixas, estas de âmbito territorial), além do Serviço de Alimentação e do IPASE. A gestão seria unificada alguns anos mais tarde, com a criação do INPS, em 1966, um órgão de administração indireta da União com natureza autárquica. O ano de 1971 marcou

a entrada dos trabalhadores rurais no sistema previdenciário, com a aquisição do direito de alguns benefícios através do FUNRURAL. Cabe registrar que, ao longo do tempo, diversas leis permitiram a concessão de tempo de serviço e benefícios especiais sem as respectivas contribuições, além de anistias e parcelamentos de longo prazo a empregadores devedores, onerando gradativamente o sistema previdenciário. (Sousa *et al.*, 2002)

Em 1974, foi constituída a Dataprev, então chamada de Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social, centralizando os sistemas de processamento de dados existentes nos IAPs desde a década de 1960. No mesmo ano, surge o Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, desvinculando-se da pasta do Trabalho. Em 1977, surgiram a Previdência Complementar e o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, este último com a missão de integrar ações de 7 entidades abaixo relacionadas, sob a coordenação do MPAS:

- INPS – concessão e manutenção de benefícios e prestações em dinheiro, inclusive os que estavam a cargo do IPASE e FUNRURAL.
- IAPAS – arrecadar, fiscalizar e cobrar contribuições, realizar gestão patrimonial e financeira, acompanhar a execução orçamentária, executar e fiscalizar obras e serviços objeto de programas das demais entidades do SINPAS
- INAMPS – prestar assistência médica
- DATAPREV – prestar serviços de tratamento de informação e processamento de dados
- CEME – produzir medicamentos, distribuir remédios e promover pesquisas farmacológicas
- LBA – prestar assistência social à população em geral
- FUNABEM – promover a execução da política nacional do bem-estar do menor

A Constituição de 1988 trouxe o conceito de Seguridade Social, dividida em 3 grandes segmentos: Previdência Social, Saúde e Assistência Social. Importantes princípios foram então oficializados, tais como:

- universalidade da cobertura e do atendimento – todos os cidadãos tem direito à proteção social
- uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbana e rural
- seletividade e distributividade – necessidades individuais determinam os benefícios e serviços a serem concedidos
- irredutibilidade – o valor dos benefícios não pode ser reduzido
- equidade de custeio – contribuições devem levar em conta as possibilidades dos contribuintes
- diversidade da base de financiamento
- administração democrática e descentralizada

Em 1990, o MPAS foi extinto, e suas funções foram transferidas para o Ministério do Trabalho e Previdência Social. INPS e IAPAS foram unificados no INSS – Instituto Nacional do Seguro Social, diferenciando seguro de assistência social. Em 1991, promulgaram-se as Leis 8.212, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio, e a 8.213, que instituiu o Plano de Benefícios. Ao longo da década de 1990, diversas modificações legais foram introduzidas na Previdência Social, aplicáveis tanto para servidores públicos como para empregados de empresas privadas, com o objetivo de equilibrar financeiramente o sistema e atender aos princípios constitucionais vigentes. Em 1999 instituiu-se o Fator Previdenciário, uma fórmula de cálculo que leva em conta a idade do segurado, sua expectativa de vida no momento da aposentadoria e seu tempo de contribuição. O Fator Previdenciário tem a função de aumentar o valor de benefício dos que trabalham por mais tempo e diminuir o valor a ser pago para segurados que querem se aposentar mais cedo, tendo pago menos contribuições ao sistema. (Sousa *et al.*, 2002)

Um marco em termos de informação ocorreu em 2002, quando instituiu-se o Reconhecimento Automático de Direito, que libera o segurado de provar suas contribuições a partir de julho de 1994, pois estes dados estão armazenados no Cadastro Nacional de Informações Sociais, mantido pela Previdência Social e operado pela Dataprev. Em 2003, uma Reforma Previdenciária alterou o regime

de aposentadoria de servidores públicos. No final de 2004, mudanças estruturais ocorreram na organização da Previdência Social, com a criação da Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), subordinada ao Ministério da Previdência Social, e com a vinculação da Procuradoria do INSS à Procuradoria Geral Federal. Assim, as funções de arrecadação, fiscalização e cobrança passaram para o controle do MPS. Hoje, o INSS mantém suas funções originais de administração de concessão e manutenção de benefícios, considerada a razão de existir da Previdência Social.

7.2. Anexo II – Roteiro de Entrevista

PUC – RIO / IAG – Mestrado Acadêmico em Administração de Empresas

Tema da dissertação:

A influência da gestão da informação no processo decisório:

Um estudo exploratório na Previdência Social brasileira

Roteiro de entrevista

Entrevistado(a): _____

Órgão/Função: _____

Trabalha na Previdência Social desde / _____

Dados da Entrevista:

Local: _____

Data: _____ / _____ / _____ Hora: _____ : _____ Duração: _____

Questões:

1) PROCESSO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

1.1) Em sua visão, como hoje a Previdência Social gerencia internamente o insumo informação? Como imagina que poderia ser? O que poderia ser feito para melhorar o processo de Gestão da Informação? Quais atores determinam, definem e priorizam o desenvolvimento de Sistemas de Informação, em seus diversos níveis (Estratégico, Tático, Operacional)? Você percebe a existência de assimetrias relevantes entre as principais áreas de negócio da PS, em relação ao processo de GI? Por que isto (não) ocorre ?

1.2) Como você enxerga a sua participação no processo de GI da Previdência Social? Com qual(is) papel(éis) você se identifica melhor neste processo (Produtor / Consumidor / Regulador)?

1.3) Como você vê o equilíbrio entre oferta e demanda de informação na Previdência Social, quantitativa e qualitativamente?

1.4) Com que frequência as informações que você utiliza para suas decisões são provenientes de processos formais de GI (Alta / Média / Baixa)? Cite um exemplo prático(qual processo de GI). As informações que você considera mais eficazes para suas decisões são oriundas de processo formais de GI ou são obtidas aleatoriamente, de modo informal? Por que você acha que isto acontece?

1.5) Como você vê o relacionamento entre TI e GI na Previdência Social, em uma perspectiva histórica? Qual o papel que a Tecnologia da Informação exerce hoje no fornecimento de informações para alcance das metas e objetivos organizacionais? Qual o papel que ela poderia (ou deveria) exercer?

1.6) Abaixo, são apresentadas 13 causas potenciais de problemas relacionados à informação na Previdência Social. Como você classificaria estas causas, em ordem decrescente?

- ausência / inadequação de prospecção de novas informações
- formulação inadequada de problemas e necessidades
- velocidade das mudanças nos requisitos de informações
- qualidade de captação de informações
- sistemas (rotinas, aplicativos e conteúdo das bases de dados)
- tecnologia empregada (hardware e software básico)
- falta de integração entre sistemas

- falta de integração entre áreas de negócio
- disseminação de conceitos e informações
- baixa padronização de processos
- gestão estratégica
- descontinuidade administrativa
- cultura e valores organizacionais

Outras causas relevantes:

Comentários:

2) PROCESSO DECISÓRIO

2.1) De que modo você considera que as decisões são tomadas na organização, em seus diversos níveis (estratégico/tático/operacional)? Como a necessidade de decisões ativa o processo de geração de novas informações? Qual a natureza destes processos (pontual ou sistemático)?

2.2) Dentre os atributos de qualidade da informação apresentados abaixo, marque os 3 que você considera mais importantes para suas tomadas de decisão.

- Precisão
- Suficiência
- Contextualização
- Acesso
- Tempestividade
- Relevância
- Utilidade
- Objetividade
- Confiabilidade
- Segurança

2.3) Com que frequência você adia suas decisões por não ter obtido a tempo as informações necessárias para subsidiá-las (Alta / Média / Baixa)?

2.4) Explique eventuais diferenças entre suas decisões enquanto gestor de negócio e gestor de informação.

3) ATRIBUTOS DE QUALIDADE

3.1) Em relação ao atendimento das necessidades corporativas da PS, assinale sua percepção sobre os atributos de qualidade das informações disponíveis ou geradas na Previdência Social. (Alto / Médio / Baixo).

Exemplo: precisão (alto) significa que as informações disponíveis ou geradas costumam atender ao nível de precisão exigido pelas necessidades corporativas.

Precisão

Suficiência

Contextualização

Acesso

Tempestividade

Relevância

Utilidade

Objetividade

Confiabilidade

Segurança

Comentários:

3.2) Como você se comporta diante do recebimento de informações não solicitadas? Você usa estas informações? Como poderia evitar isso?

7.3. Anexo III – Calendário de Entrevistas

Entrevistado	Local	Data	Instituição	Tempo de duração
1	Brasília	08/12/2004	MPS	1:30
2	Brasília	13/12/2004	MPS	0:50
3	Brasília	13/12/2004	Dataprev	1:25
4	Brasília	13/12/2004	MPS	0:50
5	Rio de Janeiro	17/12/2004	Dataprev	1:45
6	Brasília	18/01/2005	INSS	1:30
7	Rio de Janeiro	24/01/2005	Dataprev	1:40
8	Rio de Janeiro	24/01/2005	Dataprev	2:30
9	Rio de Janeiro	24/01/2005	Dataprev	2:00
10	Rio de Janeiro	25/01/2005	Dataprev	1:20
11	Rio de Janeiro	27/01/2005	Dataprev	0:55
12	Brasília	01/02/2005	Dataprev	1:45
13	Brasília	01/02/2005	INSS	1:50
14	Brasília	01/02/2005	MPS	0:45
15	Brasília	02/02/2005	INSS	1:45
16	Brasília	02/02/2005	MPS	1:40
Tempo total das entrevistas				24:00
Tempo médio por entrevista				1:30

7.4. Anexo IV – Solicitação de Entrevista

Dr(a)._____,

Venho por meio desta solicitar a realização de entrevista com a sr(a). sobre o tema “Gestão da Informação e sua Influência no Processo Decisório da Previdência Social”. Suas opiniões serão de extrema importância para concluir uma dissertação de Mestrado Acadêmico em Administração de Empresas do IAG / PUC - Rio sobre o tema, proporcionando um trabalho publicado que poderá ser útil aos gestores da Previdência Social, à comunidade acadêmica e à sociedade em geral. O tempo estimado para o encontro é de aproximadamente 1 hora. Estarei em Brasília nos próximos **dias _____ e _____ de <mês>** exclusivamente para realizar estas entrevistas com alguns representantes dos níveis estratégico e tático da Previdência Social.

Sou Flavio Gewandsznajder, funcionário da Dataprev há 15 anos, trabalho no CNIS e desempenho função gerencial desde 1994.

Antecipadamente grato pela colaboração e atenção dispensadas, aguardo retorno sobre um possível agendamento desta entrevista. Seguem meus contatos:

Tel.: _____

E-mail: _____

Atenciosamente,
Flavio.